



DESPACHO N.º09/RHF/DAFP/2020

Mobilidade interna intercarreiras

Considerando que:

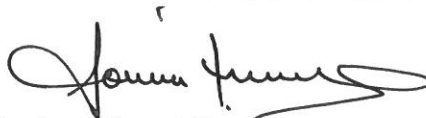
- Quando haja conveniência para interesse público, designadamente quando a economia, a eficácia e a eficiência dos órgãos ou serviços o imponham, os trabalhadores podem ser sujeitos a mobilidade, podendo esta operar-se dentro do mesmo órgão ou serviço;
- A mobilidade reveste as modalidades de mobilidade na categoria e mobilidade intercarreiras ou categorias, sendo que a mobilidade intercarreiras ou categorias pode operar-se para o exercício superior da mesma carreira;
- A possibilidade da mobilidade está prevista nos artigos 92.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada em anexo à Lei n.º35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação;
- A mobilidade reveste as modalidades de mobilidade na categoria e de mobilidade intercarreiras ou categorias, sendo que a mobilidade intercarreiras ou categorias pode operar-se para o exercício de funções não inerentes à categoria de que o trabalhador é titular e inerentes a categoria superior da mesma carreira ou inerentes a carreira de grau de complexidade funcional superior ao da carreira em que se encontra integrado, e depende da titularidade de habilitação adequada do trabalhador, não podendo modificar substancialmente a sua posição, de acordo com o artigo 93.º da LGTFP;
- Em conformidade com a alínea d), do n.º1, do artigo 94.º da LGTFP, é dispensado o acordo do trabalhador objeto de mobilidade interna, caso esta opere entre unidades orgânicas do mesmo órgão ou serviço, no concelho de residência do trabalhador;
- O trabalhador em funções públicas, **Amélia de Jesus Monteiro Pinto**, com a carreira/categoria de Assistente Técnico, do mapa de pessoal deste Município, pode executar funções e tarefas que são, inequivocamente, distintas das que correspondem à sua categoria de origem, integrando competências da categoria/carreira de assistente técnico, porque possui habilitação adequada;
- Está previsto e não ocupado 1 (um) posto de trabalho na categoria/carreira de Técnico Superior, na subunidade orgânica Ação Social e Sociedade (ASS), da Unidade Orgânica Flexível Desenvolvimento e Empreendedorismo Local (UOF_DEL) do mapa de pessoal em vigor, aprovado pela Assembleia Municipal, na sua sessão de 20 de dezembro de 2019, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em sessão ordinária do dia 24 de outubro de 2019;
- Os pressupostos previstos para a mobilidade intercarreiras, designadamente os expressos no n.º1 e alínea b), do n.º2, do artigo 92.º e da alínea b), do n.º3 e n.º4, do artigo 93.º da LGTFP se encontram preenchidos, porquanto, e também, o referido trabalhador é titular de habilitação adequada e a mobilidade intercarreiras não modifica a sua posição;
- O trabalhador manifestou vontade em aceitar a mobilidade da carreira em que se encontra integrada, Assistente Técnico, para a carreira de Técnico Superior;
- A duração máxima da mobilidade é de até 18 meses, nos termos do n.º1, do artigo 97.º da LGTFP, sem prejuízo da possibilidade de consolidação definitiva, recentemente consagrada nos números 1, 2 e 5 do artigo 99.º- A da LGTFP, atentas as condições e os requisitos previstos nas mesmas disposições;
- Compete ao Presidente de Câmara Municipal decidir todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos aos serviços municipais, como dispõe a alínea a), do n.º2, do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado no Anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro;

Assim, justificado nas razões de facto e de direito explanadas supra, porque está assegurado o cabimento orçamental nas rubricas de despesas com pessoal, constantes nos documentos provisionais para o ano de 2020, bem como o lugar no Mapa de Pessoal para 2020, em vigor, **determino que:**

- **Amélia de Jesus Monteiro Pinto**, titular de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, integrada na 1.ª posição remuneratória, nível 5, da carreira/categoria de assistente técnico, da subunidade orgânica Ação Social e Sociedade (ASS), da Unidade Orgânica Flexível Desenvolvimento e Empreendedorismo Local (UOF_DEL), **transite por mobilidade interna intercarreiras para a carreira/categoria de técnico superior correspondendo-lhe a 1.ª posição remuneratória, nível 11, desta carreira**, exercendo as funções descritas na alínea c), do artigo 88.º da Lei n.º35/2014, de 20 junho, sem prejuízo de acumular outras funções inerentes à carreira para que transita, que lhe venham a ser confiadas para a mesma subunidade orgânica.
- A mobilidade interna intercarreiras poderá vigorar pelo **prazo máximo de até 18 meses**, com efeitos a 1 de março de 2020;
- Se dê conhecimento do teor do presente despacho ao interessado e ao Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Flexível Desenvolvimento e Empreendedorismo Local (UOF_DEL);
- Este despacho seja publicitado, por extrato, em Diário da República, na página eletrónica do Município e afixado nos lugares de estilo.

Sabrosa, Paços do Município, 28 de fevereiro de 2020

O Presidente da Câmara Municipal de Sabrosa



Domingos Manuel Alves Carvas.